

# historia: fronteiras



**Vol. I**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)



Volume I

# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

# INTELECTUAIS E AUTORITARISMO NO BRASIL E NA ARGENTINA (1914-1945)<sup>1</sup>

---

José Luis Bendicho Beired  
*Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis*

**N**este trabalho visamos analisar certos aspectos relativos à história dos intelectuais que participaram do nacionalismo de direita no Brasil e na Argentina no período entreguerras. Mais precisamente, discutiremos a auto-imagem que os intelectuais desenvolveram de modo a justificar o seu papel de elite mais consciente frente ao restante da sociedade; bem como o lugar que eles ocuparam no interior do campo intelectual e em relação à sociedade e ao Estado.

A nossa abordagem dos intelectuais autoritários de forma comparativa no Brasil e na Argentina foi pautada pela hipótese de que os fenômenos políticos e culturais latino-americanos não apenas são passíveis de uma análise a partir de uma perspectiva mais ampla, mas também como isto se impõe para uma compreensão mais complexa dos fenômenos históricos que ilumine as partes e o todo. Esta análise integra, portanto, um primeiro esforço de compreensão de um certo segmento intelectual e de uma corrente política e ideológica – a direita nacionalista – que no futuro pretendemos estender a outros países da América Latina.

O nacionalismo foi um movimento ideológico que se manifestou de forma crescente tanto no Brasil quanto na Argentina desde início do século, em função da necessidade de desenvolver a consciência nacional nos cidadãos e de aumentar a coesão de um tecido social cada vez mais complexo, diferenciado e tensionado em função dos processos de modernização. Diversos protagonistas do período e estudiosos do fenômeno nacionalista convergem o assinalar ao papel decisivo da Primeira Guerra e da

Revolução Russa no sentido de produzir uma inflexão no nacionalismo do Brasil e da Argentina, conferindo-lhe um matiz cada vez mais autoritário, o que de resto não era outra coisa senão uma tradução local de um fenômeno ideológico e político mais amplo de profunda crise do liberalismo em face da ascensão da extrema-direita européia. Em outros termos, a crise do modelo liberal de ambos os países encontrou-se com a crise do liberalismo no mundo, e abriram-se as condições para a organização de uma corrente política e intelectual que defino como “direita nacionalista” ou “nacionalismo de direita”. Passou-se então do nacionalismo cultural e de índole liberal para um nacionalismo militante e autoritário.

O foco sobre os intelectuais se justifica exatamente porque eles foram a categoria social que mais rapidamente e exaustivamente se dedicou nos dois países a refletir sobre a crise tanto em termos nacionais como internacionais, de modo a formular alternativas para a sua superação. Se para todos a pena tornou-se uma arma fundamental para denunciar os problemas nacionais e para atacar seus supostos responsáveis, para a maioria deles também é certo que esse instrumento não foi suficiente e lançaram-se à criação de diversos tipos de organizações, revistas e jornais, todos eles instrumentos de combate para intervir na realidade e mudar o curso da história dos seus países.

Os intelectuais acreditavam ser o único segmento social capaz de oferecer respostas às elites nacionais alienadas e de imprimir uma direção política à nação. Um pressuposto comum era que tanto o Brasil quanto a Argentina passavam por uma crise de natureza catastrófica que dependia da adequação dos destinos da nação àqueles da nova ordem mundial. Ou seja, era urgente desenhar uma nova ordem interna sob o signo do autoritarismo que estivesse em sintonia com as emergentes experiências da extrema-direita européia, que apontavam para modelos de ordem em face da desordem liberal e do caos representado pelo socialismo e pelo comunismo.

Não vou me deter na análise das condições nacionais de desenvolvimento desse novo campo intelectual de direita e nem no exame da sua ideologia e das suas propostas para reordenar o

Brasil e a Argentina. Vale frisar, no entanto, que essa direita constituiu uma ruptura com o modelo até então vigente da direita de ambos os países, na medida em que assumiu posições veementemente antiliberais, nacionalistas, estatistas e corporativistas. À diferença da direita pré-existente – liberal ou conservadora –, recusava de modo integral os princípios e as instituições liberais. Contra o avanço da modernidade política e cultural, sustentava a manutenção das tradições nacionais e abraçava princípios anti-liberais e anti-igualitários, uma vez que liberdade e igualdade eram abstrações que deveriam ser substituídas por outros valores assentados nas noções de autoridade, ordem, hierarquia e obediência. O liberalismo deveria ser substituído por uma “verdadeira ideologia nacional”, de modo a superar a incongruência entre a “cruza” da realidade e o “idealismo artificial” das instituições liberais.

As respostas que esses intelectuais ofereceram para a crise não foram unívocas, podendo ser sintetizadas nas seguintes alternativas: instituição de um Estado autoritário-corporativo; industrialização, nacionalismo econômico e intervencionismo estatal na economia; reespiritualização da sociedade e do Estado; e imperialismo militar. Ademais, os intelectuais voltaram-se ao debate de questões em torno da nação, da história e das representações políticas que, a despeito de sua grande unidade, também revelava uma série de diferenças de perspectiva entre o Brasil e a Argentina, mas entre os intelectuais de cada um dos países.

Considero que, fundamentalmente, as diferenças de enfoque no interior de cada país podem ser explicadas em função da configuração daquilo que podemos denominar como “campo intelectual da direita nacionalista”, entendido como parte de um espaço maior, ou seja, a totalidade do campo intelectual. Enquanto o campo intelectual brasileiro da direita nacionalista dividia-se em três correntes organizadas a partir de três pólos: cientificista, católico e fascista, o campo argentino organizou-se em torno de dois pólos: fascista e católico, entre os quais distribuía-se o conjunto dos intelectuais. Certos intelectuais situavam-se em posições coincidentes com um dos pólos constituintes do campo – por exemplo, Tristão de Ataíde e o grupo reunido em torno da

revista *A Ordem*, o integralista Miguel Reale, o cientificista Azevedo Amaral, os argentinos Leopoldo Lugones com posições fascistas; outros apresentavam posições que mesclavam elementos de mais de um pólo, situação que se verificou com mais frequência nos intelectuais argentinos, que buscavam uma articulação entre o fascismo e o tradicionalismo católico. Este era o caso dos intelectuais reunidos em torno dos jornais *Nueva República* e das revistas *Nueva Orden* e *Nueva Política*.

O estudo da auto-imagem que tais agentes desenvolveram sobre si próprios constitui um passo essencial para a compreensão da ideologia e das práticas políticas dos intelectuais nacionalistas de direita, uma vez que tal imagem também faz parte de seu projeto autoritário. Com uma visão elitista do processo social, esses intelectuais encaravam-se investidos de uma missão de salvação nacional, a qual se realizaria por meio da orientação das classes dirigentes e da participação direta dos intelectuais na política e no Estado<sup>2</sup>.

A figura de Alberto Torres foi referência unânime no campo intelectual autoritário brasileiro ao apontar enfaticamente a necessidade dos intelectuais ocuparem a posição que lhes competia na sociedade, a de serem uma verdadeira força social<sup>3</sup>. A categoria social dos intelectuais – integrada por escritores, professores, artistas e homens de letras e de ciências – tinha por missão responder ao que Torres denominava “o problema nacional brasileiro”<sup>4</sup>. Depois de abandonarem o pensamento emprestado aos europeus, os intelectuais deveriam se lançar a compreender a nossa realidade e a elaborar e aplicar soluções próprias<sup>5</sup>. O que significava que aos intelectuais caberia forjar tanto uma “consciência nacional” quanto os “rumos” da política brasileira<sup>6</sup>.

Em seguida à Primeira Guerra, na fase denominada por Lúcia Lippi Oliveira como “nacionalismo militante”<sup>7</sup>, diversos foram os momentos em que os intelectuais da direita nacionalista brasileira se posicionaram a favor da atitude reivindicada por Alberto Torres. Oliveira Vianna recomendou aos intelectuais de seu tempo que se embebedassem das páginas dos livros de Alberto Torres para enfrentar o dever do futuro: a solução dos problemas brasileiros<sup>8</sup>. Essa era a conclusão de um importante

livro de Vianna, *Problemas de Política Objetiva*, que procurava mostrar às elites dirigentes como seria possível corrigir os males que afligiam o Brasil<sup>9</sup>.

Azevedo Amaral atribuía ao intelectual um papel preponderante na história, e encarava o seu ofício no Brasil como uma missão para a construção da nacionalidade. Em sua opinião, os intelectuais, enquanto elite cultural do país, tinham a exercer a função exclusiva de tornar a Nação e o Estado conscientes de sua própria realidade e dos rumos que deveriam seguir para desenvolver as instituições nacionais. Defensor da tese de que a história progredia mediante rupturas, Azevedo Amaral via nas revoluções o símbolo do desenvolvimento da humanidade<sup>10</sup>. Embora as revoluções não pudessem ocorrer sem as multidões, estas eram vistas como incapazes de planejá-las e dirigi-las. As verdadeiras revoluções eram um produto da vontade de minorias esclarecidas:

Nas revoluções, como nas guerras, as multidões não passam do material dócil e ao mesmo tempo terrível, com que grupos em geral extremamente diminutos de homens procuram realizar programas prévia e calculadamente elaborados<sup>11</sup>.

535

Os intelectuais, enquanto integrantes dessas minorias, somente teriam a ganhar com as revoluções, pois Azevedo Amaral afirmava, contra o senso comum, que as revoluções não implicavam a expansão do poder das massas. Ao contrário, as revoluções tendiam “a acentuar o poder dos elementos superiores sobre as massas plásticas e indiferentes”<sup>12</sup>. No enfoque de Azevedo Amaral, os intelectuais integravam uma categoria social com uma distinção tão elevada que ele definia a liberdade de expressão como uma prerrogativa dos “mais capacitados” mental e culturalmente, desde que não comprometesse a segurança do Estado e a tranqüilidade e prosperidade da nação. Aquela liberdade era um privilégio reivindicado exclusivamente para a “elite intelectual”<sup>13</sup>, em seu livro *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, publicado em 1938.

Com um enfoque semelhante, o integralista Plínio Salgado considerava que a “grande campanha de salvação nacional” era uma tarefa que cabia em primeiro lugar às elites intelectuais<sup>14</sup>.

Com um pensamento unitário e abraçando a revolução integralista, estas elites resgatariam a unidade moral, econômica e política do Brasil, restaurando o prestígio da “inteligência” e o primado do “espírito” sobre a matéria.

O discurso do laicato católico brasileiro não continha uma visão a tal ponto negativa dos setores populares tal qual Oliveira Vianna, Azevedo Amaral ou os integralistas. Além disso, o laicato católico não conferia um papel tão importante à categoria dos intelectuais na formulação do seu projeto político. Apesar de elitistas não podiam reservar a uma *intelligentsia* – com fortes pendores laicos, positivistas ou de esquerda, no caso do Brasil – o papel de principal ator da política nacional. Por outro lado, o laicato trabalhava com um conceito de intervenção social que valorizava o papel dos milhares de leigos e dos milhões de eleitores na luta pela recatolização do Brasil. Porém, não há dúvida de que os intelectuais foram ao mesmo tempo os principais “protagonistas” e os principais “alvos” da reação católica<sup>15</sup>. Protagonistas, enquanto organizadores do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem* e de inúmeras publicações e associações católicas. E principais alvos na medida em que tais empreendimentos visavam sensibilizar prioritariamente os intelectuais exteriores ao campo católico, os quais eram formadores e multiplicadoras de opinião, e freqüentemente detentores de cargos e de poder junto ao aparelho de Estado.

A análise do discurso político da direita nacionalista argentina leva-nos a acreditar que os seus intelectuais possuíam uma auto-imagem diversa daquela dos intelectuais brasileiros. Os intelectuais argentinos comportavam-se movidos por um espírito “maurrasiano”, tributário da influência da Ação Francesa. Enquanto esta teve sua legião de “camelots du roi” capitaneados por Charles Maurras, os argentinos enxergavam-se como líderes de milícias cujo objetivo era abater os inimigos da nação, em função de uma determinada doutrina detentora de toda e única verdade. Lutavam em nome de um passado idealizado como heróico, da tradição nacional, da religião católica, do hispanismo e de uma série de valores qualificados como aristocráticos: coragem, espírito guerreiro, hierarquia, linhagem familiar, ordem,

entre outros<sup>16</sup>. Os nacionalistas argentinos colocaram-se como os paladinos das tradições supostamente peculiares aos setores tradicionais e verdadeiramente argentinos – patriotismo, linhagem familiar, herança cultural, valores aristocráticos, anti-utilitarismo e catolicismo ultramontano – em contraposição aos traços das classes subalternas: arrivismo, inveja, vileza, subversão e ignorância. Nesse sentido, Ernesto Palácio afirmava que:

*La Nueva República* representa no país uma minoria. Não devemos, não podemos, nem queremos ser senão uma minoria, posto que não aspiramos a impor-nos mediante o recurso ignóbil das urnas<sup>17</sup>.

O segredo da salvação do país residia na imposição de virtudes minoritárias: ordem, disciplina, inteligência, culto da honra e do heroísmo. Para tanto, bastava um punhado de homens decididos a agir, pois estes seriam seguidos pelas massas populares<sup>18</sup>. Como exemplos dessa cultura miliciana, vale lembrar o grande número de organizações nacionalistas militarizadas e os desfiles em formação militar que realizavam nos anos 30 e 40<sup>19</sup>.

Anos depois, um outro círculo de intelectuais, reunido em torno da revista *Nueva Política*, professava uma visão análoga da sua missão: de combatentes e doutrinadores<sup>20</sup>. Um dos membros da revista, Federico Iburguren, clamava pela restauração de um suposto antigo espírito militar dos buenaierenses para que participassem das hostes do caudilho que haveria de conduzir a redentora revolução nacionalista<sup>21</sup>.

No Brasil, a cultura miliciana dos intelectuais teve expressão máxima no interior da Ação Integralista Brasileira, mas também existiu em outras organizações de extrema-direita de menor porte<sup>22</sup>. A Ação Integralista Brasileira possuía, por exemplo, uma milícia estruturada nacionalmente, cujo papel no futuro Estado Integralista seria assegurar a estabilidade e a guarda do regime<sup>23</sup>. Vale lembrar, contudo, que o Integralismo era um movimento de massas cuja proporção era muito maior que os movimentos argentinos, em geral mais circunscritos a círculos intelectuais e de classe média.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, a direita nacionalista teve como agentes figuras pertencentes à elite intelectual. Os intelectuais autoritários consideravam-se imbuídos de uma missão de salvação nacional que apenas poderia ocorrer sob sua direção, em vista da sua “superior capacidade” para interpretar os problemas nacionais e do mundo. Vocacionados para a política, para integrar a elite dirigente de seus países, trataram de transferir para o campo político o seu capital cultural por meio de diversas estratégias: com a criação de jornais, de revistas e de organizações políticas; mediante a publicação de livros interpretativos de seus países, que os credenciaram como figuras relevantes e do cenário político; e também pelas de articulações feitas diretamente com figuras importantes do aparelho de Estado, tais como políticos e militares.

Os argumentos desenvolvidos por tais intelectuais para justificar o seu papel de elite dirigente foram diferentes nos dois países. No Brasil, esse papel foi justificado em nome da posse de conhecimentos relativos às ciências do homem, notadamente a sociologia, que permitiam o acesso aos diagnósticos e às terapias para os problemas do país. Na Argentina, em que vigorava um fervoroso anti-cientificismo nos meios nacionalistas, a legitimação do papel dos intelectuais assentou-se na reivindicação da superioridade das elites tradicionais, das quais os intelectuais daquele país faziam parte. De qualquer modo, em ambos os países enfatizou-se a legitimidade dos intelectuais para assumir um papel dirigente na vida pública em função da sua missão de salvação nacional, de defesa de ideais e tradições nacionais, supostamente traídos ou esquecidos pelo restante dos cidadãos.

A configuração dos campos intelectuais dos dois países não foi simétrica. Enquanto o campo intelectual organizou-se a partir de dois pólos na Argentina – católico e fascista – o mesmo não ocorreu no Brasil, onde se verificou uma configuração triádica com o acréscimo do pólo cientificista.

Havia uma série de matrizes comuns aos dois campos. Os teóricos contra-revolucionários do século passado, o tomismo, as encíclicas papais e as posições do Vaticano orientavam os dois pólos católicos. Os pólos fascistas eram informados pelas fontes

teóricas e pelas experiências da extrema-direita europeia, principalmente do fascismo italiano, do integralismo português e do nazismo. Já o pólo cientificista apenas existia no Brasil, enquadrando-se na tradição positivista da intelectualidade brasileira.

As correntes apresentaram, no entanto, diferenças ideológicas decorrentes da especificidade do cenário político, do debate intelectual e dos problemas de cada um dos dois países. Por exemplo, a necessidade de consolidar a unidade nacional brasileira foi muito importante de forma geral para os intelectuais brasileiros, mas desconsiderada pelos intelectuais argentinos. Estes consideravam a nação argentina como plenamente constituída no passado, e o problema central era como libertá-la da sua alienação em virtude de uma conspiração do liberalismo, do judaísmo, socialismo e dos interesses britânicos. Esta é uma das muitas assimetrias existentes entre os enfoques dos dois campos intelectuais.

Merece atenção o fato de que praticamente todos os intelectuais nacionalistas organizaram-se por meio da criação de revistas, jornais ou movimentos políticos para promover a articulação dos membros do campo intelectual e como forma de projetar-se perante o Estado e a opinião pública. No entanto, é surpreendente a assimetria dos dois campos intelectuais na sua relação com o Estado.

Na década de 1920, os intelectuais brasileiros pretenderam retomar a função de uma elite que soube colocar-se a serviço do Estado nacional no século XIX<sup>24</sup>, desencadeando um processo de aproximação ao Estado que se aprofundou depois da Revolução de 1930. Compartilhamos dessa hipótese formulada por Daniel Pécaut e consideramos que em função disso, não houve uma cisão significativa entre o Estado brasileiro e os intelectuais autoritários. Sobretudo a partir do movimento revolucionário percebe-se uma forte tendência do Estado em cooptar figuras do campo intelectual de vários matizes ideológicos. Os intelectuais brasileiros por sua vez também desenvolveram estratégias para adentrar no aparelho de Estado, de maneira que houve uma correspondência mútua de interesses<sup>25</sup>. Os integralistas, por exemplo, oscilaram entre o apoio e o repúdio aos governo varguista, conforme o momento político, até serem completamente alijados do processo político, em 1938, quando depois da tentativa frus-

trada de golpe, muitos deles foram presos e até expulsos do país, tal como o próprio Plínio Salgado.

Por sua vez, os católicos foram muito bem sucedidos em suas articulações para impor seus pontos de vista ao regime varguista, com o qual estabeleceram uma aliança estável. Os intelectuais cientificistas, no caso desta exposição Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, não apostaram na ação de forças organizadas de fora do Estado; a partir de sua produção jornalística, sociológica, historiográfica e jurídica, ambos habilitaram-se para influenciar o aparelho de Estado e nele ocupar cargos de importância. Segundo Sérgio Miceli, muitos dos intelectuais reacionários que ingressaram no aparelho de Estado depois de 1930, fizeram-no para assegurar sua sobrevivência no espaço da classe dirigente, uma vez que destituídos de suficiente capital econômico ou político para obter uma condição elevada nesse estrato social:

(...) deixaram-se enredar pelos “reformadores “ de direita que lhes acenavam com o mesmo projeto dos intelectuais – ampliação das oportunidades no mercado de trabalho político e cultural – que a elite burocrática estava em vias de implantar<sup>26</sup>.

540

Os intelectuais brasileiros foram figuras que conquistaram prestígio e trânsito tanto na esfera intelectual e jornalística quanto estatal por vários motivos: havia uma maior unidade de grupo entre os intelectuais, intelectuais de outros matizes ideológicos também compartilhavam posturas nacionalistas e estatistas; e porque o Estado brasileiro desenvolveu estratégias de cooptação dessa categoria para ampliar sua base de legitimidade e para preencher certas funções de cunho ideológico.

Assimetricamente, consideramos plausível a hipótese de que havia uma posição subordinada dos intelectuais nacionalistas argentinos no interior do campo intelectual, uma vez que este foi dominado – quer no mercado editorial, nos empreendimentos culturais, na universidade e na atuação junto ao Estado – pelos intelectuais liberais.

É significativa a diferença do Estado argentino em relação aos intelectuais autoritários, os quais foram encarados como agentes de segunda ordem quer para os políticos da União Cívica

Radical no poder entre 1916 e 1930, quer para os conservadores do período pós-1930. Em geral, os nacionalistas argentinos, tiveram muita dificuldade para adentrar no aparelho de Estado, conseguindo no máximo influenciá-lo em suas decisões. Isso não ocorreu apenas devido ao extremismo das posições da direita nacionalista, que com seu discurso fortemente antiliberal, filofascista, anti-britânico, golpista e com suas ligas militarizadas atemorizavam as classes dominantes e o *establishment* político. Mas também porque a elite política argentina não considerava necessário incorporar à sua estratégia de dominação um arco significativo de intelectuais, sobretudo de filiação autoritária, apesar desses intelectuais serem oriundos das classes dominantes argentinas. Vale assinalar que desde a formação do Estado nacional no século passado, os intelectuais mais influentes no governo foram os liberais e positivistas. Com uma tradição estatal extremamente laica, não houve lugar para uma direita antiliberal e fortemente católica no aparelho de Estado argentino. Esta apenas viria a ter uma certa presença no Estado a partir da instauração da ditadura resultante do golpe militar de 1943, a partir da qual Juan Domingo Perón e seus aliados construíram as bases para o futuro regime peronista.

Pertencentes aos segmentos mais tradicionais das classes dominantes e expressando uma situação de classe defensiva ante os efeitos corrosivos da transformação histórica, manifestaram na sua forma mais extrema a reação desse segmento social contra a perda do seu *status* social. E apresentaram-se como os agentes mais conscientes para fazer frente ao que consideravam como uma vasta conspiração interna e externa que visava minar a nacionalidade argentina desde a queda do caudilho Juan Manuel de Rosas, tido do modelo exemplar de governante e máximo defensor dos interesses nacionais.

Concluimos portanto que a comparação entre o Brasil e a Argentina demonstra a simultânea emergência de fenômenos concernentes à dinâmica do campo intelectual e às lutas políticas e ideológicas. E que a análise comparativa nos permite avançar na melhor apreciação do que é, de fato, específico às fronteiri-

ras nacionais, e o que corresponde a marcos mais gerais do processo histórico.

## NOTAS

<sup>1</sup>Este trabalho integra a Mesa Redonda: “Intelectuais e Fronteiras da Política na América Latina”.

<sup>2</sup>A “vocação para elite dirigente” tem sido apontada como um traço geral do campo intelectual brasileiro das décadas posteriores a 1920. Ver PECAUT. Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo, Ática, 1990, pp. 22-24. Segundo José Murilo de Carvalho, a burocracia imperial forneceu o modelo de camada social a partir do qual os intelectuais teriam se erigido em categoria social autônoma. Ver CARVALHO. José M. de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

<sup>3</sup>TORRES. Alberto, *O Problema Nacional Brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933, p. 218.

<sup>4</sup>*Idem*, p. 179. Ver o capítulo 1.

<sup>5</sup>*Idem*, p. 219.

<sup>6</sup>*Idem*, p. 97.

<sup>7</sup>OLIVEIRA. Lucia L. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 145.

<sup>8</sup>VIANA. Oliveira, *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930, p. 245.

<sup>9</sup>*Idem*, p. 04. Nessa medida, consideramos que o sentido de boa parte da obra de Oliveira Vianna não foi outro senão o de compreender e revelar às elites – políticas, econômicas e culturais – aquela que considerava ser a verdadeira natureza do “Brasil real”.

<sup>10</sup>AMARALL, Azevedo. *O Brasil na Crise Actual*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1934, p. 59.

<sup>11</sup>*Idem*, p. 58.

<sup>12</sup>*Idem*, p. 63.

<sup>13</sup>AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, pp. 264-269.

<sup>14</sup>SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1935, pp. 171 e 186.

<sup>15</sup>Os outros alvos eram as elites políticas e a burocracia estatal.

<sup>16</sup>Ver *Critério*, nº 209, 03/03/1932, pp. 265-266.

<sup>17</sup>PALÁCIO, Ernesto. “Escândalo”. In *L. N. R.* 28/06/1930, Apud *P. P. N. – II*, (Sel. y comp. Julio Irazusta), Buenos Aires, Obligado, 1975, p. 65.

<sup>18</sup>Exemplo dessa concepção foi a oposição sistemática do jornal *La Nueva República* e da Liga Republicana ao governo de H. Yrigoyen, cujos membros participaram ativamente do golpe que o derrubou da presidência, em setembro de 1930.

<sup>19</sup>Por exemplo, Legião Cívica Argentina, Legião de Maio, Guarda Argentina e Aliança da Juventude Argentina.

<sup>20</sup>“Editorial”. In *Nueva Política*, nº 01, jun. 1940, pp. 03-05; IBARGUREN, Federico. “Milícia y malícia de Buenos Aires”. In *Nueva Política*, nº 06, nov. 1940, pp. 06-10.

<sup>21</sup>IBARGUREN, Federico. “La Ley del Caudillo”. In *Nueva Política*. nº 12, jun. 1941, pp. 18-21.

<sup>22</sup>A Ação Imperial Patrianovista Brasileira, a Ação Social Brasileira, a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista.

<sup>23</sup>BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve Saber*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, pp. 153-155 e 203. A marinha e o exército teriam a função de proteção externa.

<sup>24</sup>PÉCAUT, Daniel. *op. cit.*, p. 24.

<sup>25</sup>Sobre a questão das estratégias ver MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil [1920 – 1945]*. São Paulo, Difel, 1979.

<sup>26</sup>*Idem*, p. 57. O integralismo foi uma das exceções a essa regra. De acordo com Miceli devido à marginalização política de seus quadros superiores no interior da política partidária tradicional paulista. Plínio Salgado, por exemplo, hostilizou a princípio a Revolução de 1930, depois colaborou visando influenciá-la, para em seguida retornar à oposição.